

REFLEXÕES SOBRE A IMPLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM

REFLECTIONS ABOUT THE IMPLICATION OF EVALUATION IN THE PROCESS TEACHING / LEARNING

Shirley Cristina Guimarães da Silva Rios

shirleygrios@hotmail.com

Especialização em Docência em Biologia – UNIVASF

Fernanda Roda S. A. Cassundé

fernanda.roda@univasf.edu.br

Doutora em Administração (UFPE)

Professora da UNIVASF

RESUMO

O artigo tem como objetivo compreender a avaliação do ensino aprendizagem como embasamento para o desenvolvimento do processo educativo. Apresenta questões relacionadas à teoria e práticas de avaliação educacional, abordando suas definições conceituais, funções, dimensões e finalidades. Discute os tipos e instrumentos de avaliação mais utilizados pelos professores e como se desenvolvem na prática curricular. Propõe uma reflexão através da pesquisa, percepção e análise crítica, mostrando aspectos relevantes da ação pedagógica, por meio de um referencial que possibilite a construção de um novo olhar para os modos de avaliar. Nesse contexto, espera-se que a avaliação seja usada sempre para melhorar, nunca para eliminar, selecionar ou segregar.

Palavras-chave: Avaliação. Ação Pedagógica. Professor.

ABSTRACT

The article aims to understand the assessment of teaching learning as basis for the development of the educational process . It presents issues related to educational theory and assessment practices , approaching its conceptual definitions , functions, dimensions and purposes. Discusses the types and assessment tools most used by teachers and how they develop in curricular practice. It proposes a reflection through research, insight and critical analysis , showing relevant aspects of pedagogical action , through a framework that enables the construction of a new look for ways to evaluate. In this context , it is expected that the evaluation is always used to improve never to remove , select, or secreted.

Keywords: Assessment. Educational action. Professor.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre avaliação educacional, tônica da LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20/12/1996), é um dos temas centrais nos projetos político-pedagógicos das escolas e nas propostas dos sistemas de ensino, assim como nas pesquisas, na teoria pedagógica e na formação inicial e permanente dos docentes. Pensar a avaliação e seus processos no âmbito das reflexões acerca do currículo escolar reveste-se de grande importância pelas implicações que podem ter na formação dos estudantes. A avaliação é uma tarefa difícil e complexa na prática educacional, pois existe uma preocupação com a transformação social. Uma grande

questão é que avaliar envolve valor, e valor envolve pessoa. Quando se avalia uma pessoa, se envolve por inteiro – o que se sabe, o que se conhece desta pessoa, a relação que se tem com ela. (ALVES, 2008; FERREIRA, 2011; FREITAS, 2011; SANTOS, CANEN, 2014)

Essa discussão está direta e intimamente ligada ao processo de ensinar e aprender, ou seja, à prática pedagógica docente, por isso, pode-se dizer que se trata de uma ação humana, e, como tantas outras, acompanhada de dúvidas, angústias, incertezas e incoerências. “A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão” (LUCKESI, 1988, p.33). Ou seja, ela implica um juízo valorativo que expressa qualidade do objeto, obrigando, conseqüentemente, a um posicionamento efetivo sobre o mesmo.

No contexto educativo, a avaliação corresponde a uma finalidade que, na maioria das vezes, implica tomar uma série de decisões relativas ao objeto avaliado. Entende-se ser relevante o tema em apreço, uma vez que está presente no dia a dia escolar do educador, do coordenador, do gestor e do educando. Assim, buscar compreender a avaliação do ensino/aprendizagem é ter consciência do que se faz, da qualidade do que se faz e do compromisso que se tem, das conseqüências que acarretam as ações propostas, pois um dos objetivos da avaliação é a melhoria do ensino. (SILVA FILHO *Et. al* 2012).

Portanto, este ensaio teórico tem como propósito compreender a importância do processo de avaliação na prática pedagógica, bem como analisar as diretrizes gerais da avaliação educacional, os aspectos conceituais e legais, funções, dimensões básicas e instrumentos nesse processo.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Caracterizado pela natureza reflexiva e interpretativa, o ensaio teórico desenvolvido neste artigo pode ser compreendido como sendo um meio de análise e elucubrações dos pesquisadores em relação ao objeto em estudo (MENEGETTI, 2011).

Nesse sentido, para desenvolvimento deste artigo, revisitam-se as principais obras e autores que discutem sobre avaliação no processo ensino-aprendizagem, tais como Luckesi, Hoffmann e Haydt, por exemplo.

A discussão teórica está pautada na apresentação dos aspectos conceituais e legais das diretrizes gerais da avaliação educacional, nas funções da avaliação, nas dimensões básicas da avaliação e nos instrumentos de avaliação.

Espera-se que seja possível contribuir para uma reflexão a respeito dos processos avaliativos e, conseqüentemente, para um novo fazer docente.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Diretrizes gerais da avaliação educacional: aspectos conceituais e legais

A avaliação do ensino aprendizagem é uma questão político-pedagógica e deve sempre contemplar as concepções filosóficas de homem, de educação e de sociedade, o que implica em uma reflexão crítica e contínua da prática pedagógica da escola e sua função social.

Nesse contexto, há necessidade de referenciais que sejam claros no processo avaliativo, não podendo se limitar à verificação da aprendizagem de conteúdos ou atividades, usando-se tão somente os instrumentos de provas e notas, embora façam parte desse processo. Por isso, a avaliação deve contemplar uma concepção mais ampla, uma vez que envolve formação de juízos e apreciação de aspectos qualitativos. Essa deve ser compreendida como uma ação reflexiva do processo da aprendizagem, pois é um instrumento essencial no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. No sistema educacional, a avaliação deve acontecer de forma organizada e planejada de acordo com as normas que regem o Sistema de Ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96, em seu artigo 24, inciso V, alínea a, ressalta que a avaliação deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Porém, para que a avaliação sirva à aprendizagem, é essencial que os professores conheçam cada um de seus alunos e suas necessidades, pois, somente assim, poderá pensar em diferentes alternativas para que todos os alunos alcancem os objetivos.

Com normas legais do processo avaliativo que orientem toda a prática pedagógica, através de uma concepção democrática, a escola deve se valer tanto do processo de avaliação quanto do compromisso de todos os envolvidos, dando ao educando oportunidade que deve ser exercida através do direito de avaliar e ser avaliado, participar do processo, ser ouvido, com direito à informação, negociação e

sigilo, oferecendo condições para que o aluno analise o seu contexto e possa produzir cultura. Isso significa reconhecê-lo como sujeito do seu contexto sócio histórico.

No que se refere ao aluno, a avaliação deve ser um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas e dificuldades, e, ao professor, deve favorecer reflexão contínua de sua prática pedagógica, contribuindo com a construção de um planejamento que atenda às reais necessidades dos alunos.

Desse modo, pode-se dizer que levar em conta os diferentes aspectos do desenvolvimento dos alunos não significa atribuir notas e conceitos a tudo que se realize nas atividades escolares. Atitudes e valores devem ser acompanhados, pois eles fazem parte do processo educativo, não podendo ser objeto de avaliação quantitativa, incapaz de mensurar o progresso nos aspectos procedimentais e atitudinais dos educandos, não querendo com isso dizer que se devem aprovar os alunos de forma aleatória, mas se ter o cuidado de lhes garantir aprendizagem que possibilite seu sucesso no processo escolar.

Segundo Luckesi (1998), o ato de avaliar tem, basicamente, três passos: conhecer o nível de desempenho do aluno em forma de constatação da realidade; comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo (qualificação); tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados. Nesse sentido, é essencial definir critérios, de sorte que caberá ao professor listar os itens realmente importantes, pois a avaliação só tem sentido quando é contínua, provocando o desenvolvimento do educando.

Pode-se entender que é o modo de encarar a avaliação que determina a sua importância e, ainda, que esse modo de se relacionar com o processo avaliativo tem muito a ver com as diferentes experiências avaliativas vividas pelos sujeitos. Olhar por esse prisma, instiga-se à reflexão, desafiando os gestores escolares, professores, coordenadores, na construção de um modo de proceder e desenvolver o processo de avaliação que seja capaz de “interessar-se em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado” (LUCKESI, 1990, p. 80).

Funções do processo avaliativo

A avaliação é uma das atividades que ocorre dentro de um processo pedagógico. Este processo inclui outras ações que implicam a própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação,

portanto, sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante, como no sentido de uma apreciação final sobre o que este estudante pôde obter em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras. Sendo assim, a avaliação da aprendizagem antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico, possuindo, pois, funções diferentes conforme o momento em que acontece. A função da avaliação está ligada ao conceito de melhoria. Melhoria não apenas das aprendizagens do aluno, mas da própria ação de ensinar.

Função Diagnóstica

Segundo Miras e Solé (1996, p. 381), “a função diagnóstica é a que proporciona informações acerca das capacidades do aluno antes de iniciar um processo de ensino/aprendizagem”, sendo assim, busca a determinação da presença ou ausência de habilidades e pré-requisitos, bem como a identificação das causas de repetidas dificuldades na aprendizagem.

Conforme explicita Luckesi (2005, p.43), “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica”, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá que ser o instrumento da identificação de novos rumos. “Enfim, terá de ser um instrumento de reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos.” (IDEM). A avaliação serve para reorientar a prática pedagógica sempre que necessário.

Durante todo processo do planejamento, a avaliação é o elemento da prática pedagógica que permite acompanhar o trabalho docente, o rendimento da aprendizagem do aluno e o alcance dos objetivos, pois a avaliação dá retorno à prática pedagógica. Assim, o professor precisa ter bem claro que avaliar é determinar se os objetivos previstos foram alcançados e em que intensidade.

A avaliação diagnóstica pretende averiguar a posição do aluno face a novas aprendizagens que lhe vão ser propostas e a aprendizagens anteriores que servem de base àquelas, no sentido de obviar as dificuldades futuras e, em certos casos, de resolver situações presentes.

Função Formativa

É a avaliação formativa que, conforme Haydt, “permite constatar se os alunos estão, de fato, atingindo os objetivos pretendidos, verificando a compatibilidade entre tais objetivos e os resultados efetivamente alcançados”. (HAYDT 1995, p. 17)

A clareza dos objetivos de ensino auxilia o trabalho de planejar-avaliar-replanejar da atividade docente, conduzindo o professor a uma maior compreensão do desenvolvimento das aprendizagens do aluno e da sua própria intervenção pedagógica. Tal procedimento intenciona mapear a relação entre o ensino e as aprendizagens para um ajustamento do planejado, dos objetivos pretendidos, da intervenção docente em função das necessidades dos educandos. (GITIRANA, 2006, p. 65).

Outro aspecto fundamental de uma avaliação formativa diz respeito à construção da autonomia por parte do estudante, na medida em que lhe é solicitado um papel ativo em seu processo de aprender. Ou seja, a avaliação formativa, tendo como foco o processo de aprendizagem, numa perspectiva de interação e de diálogo, coloca também no estudante, e não apenas no professor, a responsabilidade de seus avanços e suas necessidades. Para tal, é necessário que o estudante conheça os conteúdos que irá aprender, os objetivos que deverá alcançar, bem como os critérios que serão utilizados para verificar e analisar seus avanços de aprendizagem. Nessa perspectiva, a autoavaliação torna-se uma ferramenta importante, capaz de propiciar maior responsabilidade aos estudantes acerca de seu próprio processo de aprendizagem e de construção da autonomia.

A avaliação formativa é aquela em que o professor está atento aos processos e às aprendizagens de seus estudantes. O professor não avalia com o propósito de dar uma nota, pois dentro de uma lógica formativa, a nota é uma decorrência do processo e não o seu fim. O professor entende que a avaliação é essencial para dar prosseguimento aos percursos da aprendizagem. Por fim, podemos dizer que a avaliação formativa é aquela que orienta os estudantes para a realização de seus trabalhos e de suas aprendizagens, ajudando-os a localizar suas dificuldades e suas potencialidades, redirecionando-os em seus percursos, favorecendo, assim, os processos de autoavaliação.

Função Somativa

De acordo Miras e Solé (1996, p. 378), a função somativa tem por objetivo “determinar o grau de domínio do aluno em uma área de aprendizagem, o que permite outorgar uma qualificação que, por sua vez, pode ser utilizada como um sinal de credibilidade da aprendizagem realizada”. Pode ser chamada ainda de função creditativa. Também tem o propósito de classificar os alunos ao final de um período de aprendizagem, de acordo com os níveis de aproveitamento.

A avaliação somativa pretende ajuizar do progresso realizado pelo aluno no final de uma unidade de aprendizagem, no sentido de aferir resultados já colhidos por avaliação do tipo formativa e obter indicadores que permitam aperfeiçoar o processo de ensino. Corresponde a um balanço final, a uma visão de conjunto relativamente a um todo sobre o qual, até aí, só haviam sido feitos juízos parcelares. Enfatiza Hoffmann (1993) que geralmente os professores se utilizam da avaliação para verificar o rendimento dos alunos, classificando-os como bons, ruins, aprovados e reprovados. Na avaliação com função simplesmente classificatória, todos os instrumentos são utilizados para aprovar ou reprovar o aluno, revelando um lado ruim da escola, a exclusão. Segundo a autora, isso acontece pela falta de compreensão de alguns professores sobre o sentido da avaliação, reflexo de sua história de vida como aluno e professor.

Nessa visão, a avaliação serve apenas para julgar e classificar. A participação do aluno nesse processo é pequena e, muitas vezes, ele nem mesmo tem certeza do porquê dos resultados obtidos; a nota chega como uma sentença, definindo seu destino escolar, e, às vezes, até seu destino fora da escola.

Pensar a avaliação como uma ferramenta para aprovar ou reprovar reforça o lado cruel da escola. Além de julgar o desempenho dos alunos nos aspectos cognitivos de forma parcial e inadequada, a escola, muitas vezes, também usa notas para controlar a disciplina dos alunos e enquadrá-los em regras e normas que considera desejáveis, revelando total ausência de reflexão sobre o significado da avaliação.

Dimensões básicas da avaliação

A concepção básica de avaliação em um enfoque libertador é de formulação bastante simples: a partir da percepção da necessidade, colher dados significativos do processo, julgar com base nos referenciais assumidos, tomar decisão e agir (continuar atento ao movimento real). Por ser a avaliação um momento de encontro e diálogo, é

necessário que passe a assumir um caráter inclusivo, em que o aluno adquira confiança em si mesmo, sendo estimulado a progredir cada vez mais em busca de novos conhecimentos, ampliando sua visão de mundo.

A ação avaliativa oferece subsídios para os educadores refletirem sobre a prática pedagógica, no intuito de procurar identificar os conhecimentos prévios do aluno, auxiliando-o no seu processo de desenvolvimento e construção da sua autonomia. A prática da avaliação deverá ser coerente com a metodologia de ensino utilizada pelo professor. Todavia, o que se vê na maioria das escolas é um discurso bastante inovador, por meio do qual o educador se mostra motivado para mudar seu modo de agir e de avaliar, e uma prática oposta, ou seja, conservadora.

Hoffmann (1991) acredita que a contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores e sua ação classificatória e autoritária exercida, encontra explicação na concepção de avaliação do educador, reflexo de sua história como aluno e professor. Existe vontade de fazer diferente, mas não se sabe como fazer. Logo, o primeiro passo seria tomar consciência destas influências para que não se venha reproduzir o que se contesta no discurso: autoritarismo e arbitrariedade.

Nas escolas, é importante desencadear ações que visem à reconstrução do significado do ato de avaliar, numa ação conjunta e contínua. Hoffmann (1991, p. 112) destaca que “a construção da ressignificação da avaliação pressupõe dos educadores um enfoque crítico da educação e do seu papel social”. Luckesi (1998, p. 33) afirma que a “avaliação da aprendizagem deva ser como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo”. Para Gadotti (1981), a avaliação é essencial à educação. Entende-se, assim, que a avaliação não pode morrer. Ela se faz necessária para que se possa refletir, questionar e transformar as ações. “A avaliação, que impede a expressão de determinadas vozes, é uma prática de exclusão na medida em que vai selecionando o que pode e deve ser aceito na escola” (ESTEBAN, 2003, p. 16). “Avaliar a aprendizagem está profundamente relacionado com o processo de ensino e, portanto, deve ser conduzido como mais um momento em que o aluno aprende.” (MORETTO, 2005, p.10).

Instrumentos de avaliação

A avaliação educacional é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho do professor. Ela deve acompanhar todos os passos do processo de ensino e

aprendizagem. É através dela que vão sendo comparados os resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos, conforme os objetivos propostos, a fim de verificar progressos, dificuldades e orientar o trabalho para as correções necessárias.

Deve, pois, ser entendida como uma atividade dinâmica e sistêmica, que permeia e subsidia a prática pedagógica, através de instrumentos práticos, que possam dar um redimensionamento e redirecionamento para novos procedimentos de avaliação educacional, objetivando o desenvolvimento integral do aluno. Quando se fala de instrumentos utilizados nos processos de avaliação, fala-se de tarefas que são planejadas com o propósito de subsidiar, com dados, a análise do professor acerca do momento de aprendizagem dos estudantes.

Há várias formas de elaborar instrumentos. Eles podem ser trabalhos, provas, testes, relatórios, interpretações, questionários, debates, fichamentos etc., referenciados nos programas gerais de ensino existentes para as redes escolares e que definem objetivos e conteúdos para uma determinada etapa ou série, ou podem ser referenciados no conhecimento que o professor tem do real estágio de desenvolvimento de seus alunos e do percurso que fizeram da aprendizagem.

A diversidade de instrumentos de avaliação é a estratégia mais segura para obter informações a respeito dos processos de aprendizagem. É fundamental a utilização de diferentes códigos, como o oral, o escrito, o gráfico, o pictórico, o numérico. Além da prova e do teste, podem-se acrescentar a observação sistemática (através de registros e tabelas, listas de controle, diário de classe etc.) e a análise das produções dos alunos (MEC, 1997).

É importante ressaltar que os resultados advindos da aplicação dos instrumentos são provisórios e não definitivos. O que o estudante demonstrou não conhecer em um momento poderá vir a conhecer em outro. A questão do tempo de aprendizagem de cada estudante é um fator, na maioria das vezes, pouco levado em consideração. Vale a pena ressaltar que o planejamento não é feito para cada aluno, mas para uma turma inteira, com muitos alunos diferentes, com prioridades e valores diferentes; logo, não se pode esperar que os alunos pensem da mesma forma e deem a mesma resposta a uma única questão.

Sabe-se que a maneira de ensinar utilizada pelo professor reflete na aprendizagem desse aluno e, para que o resultado aconteça de uma forma positiva, o professor não

pode ter uma visão homogênea dos seus alunos, ele precisa entender que os alunos trazem conhecimentos prévios que devem ser oportunizados. Para tanto, é imprescindível desenvolver as habilidades e competências desses alunos, não se detendo às limitações que estes venham a ter; antes, deve reconhecer nelas a oportunidade de propor novos desafios para os mesmos, sendo necessário, para tanto, conhecê-los.

Um instrumento mal elaborado pode causar distorções na avaliação que o professor realiza e suas implicações podem ter consequências graves, uma vez que todo ato avaliativo envolve um julgamento que, no caso da educação escolar, significa, em última instância, aprovar ou reprovar. A elaboração de um instrumento de avaliação escolar ainda deverá levar em consideração alguns aspectos importantes: a linguagem a ser utilizada: clara, esclarecedora, objetiva; o conteúdo deve ser significativo; estar coerente com os propósitos do ensino; explorar a capacidade de leitura e de escrita, bem como o raciocínio.

O professor que trabalha de forma consciente e coerente, diversificando instrumentos de avaliação para que seja possível abranger todas as facetas do estudante, entenderá a avaliação escolar como uma formalidade do sistema escolar, que retratará o resultado do seu próprio trabalho, por isso precisa ter certos cuidados na sua elaboração e aplicação.

No desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, o professor deve utilizar os resultados das atividades do aluno para observar o processo de construção do conhecimento. Ao analisar os erros, identifica os caminhos utilizados pelo aluno, explorando amplamente as possibilidades advindas destes erros. (MELCHIOR,1999 p.79).

Segundo Vasconcellos (2005, p.59), “o professor foi formado para ver o erro e não o acerto; aprendeu a desconfiar do aluno”. A escola muitas vezes só reforça a falha do aluno; numa atividade de avaliação é muito comum considerar só a resposta e não o todo do raciocínio do aluno. Mas o “erro” tem grande importância no processo educativo, pois pode ser visto não só como indicador de carências e de falta de conhecimentos prévios, mas também como abertura de novas possibilidades na construção do conhecimento.

Moretto (2002, p.29) afirma que “cabe sim, ao professor competente, utilizar diversos instrumentos de avaliação da aprendizagem para poder julgar sobre a possível competência do aluno numa situação específica”. Não existe um melhor instrumento de avaliação; existe, sim, uma junção de instrumentos avaliativos, que permita ao professor

uma análise mais abrangente do desenvolvimento do aluno. Nenhum instrumento único é confiável, porque são múltiplas as situações a serem avaliadas e diferentes processos cognitivos desenvolvidos pelos alunos e as competências em análise são, também, múltiplas e complexas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rever a concepção de avaliação implica retomar, sobretudo, as concepções de conhecimento, de ensino, de educação e de escola que cada educador traz consigo. Um educador, que se preocupe com que a sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconsciente e irrefletidamente. Cada passo de sua ação deverá estar marcado por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente estão encaminhando os resultados de sua ação. A avaliação, neste contexto, não poderá ser uma ação mecânica. Ao contrário, terá de ser uma atividade racionalmente definida, dentro de um encaminhamento político e decisório a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social.

Deve-se valorizar na sala de aula o processo de aprender a aprender, a formação das capacidades, o desenvolvimento da criatividade pessoal e do reconhecimento do outro como sujeito, a criação de atividades que privilegiem o conhecimento e, por fim, a possibilidade de verificar o desempenho dos alunos nas diversas práticas escolares, para encadear sempre a correção de rumos e o replanejar. Logo, nesse processo de avaliação, o professor deve conhecer os seus alunos, seus avanços e dificuldades, e também que o próprio aluno deve aprender a se avaliar e descobrir o que é preciso mudar para garantir melhor desempenho. É importante que os alunos reflitam sobre seus relacionamentos, de forma a alterar as regras quando necessário, para que todos alcancem os objetivos estabelecidos coletivamente.

Nesse processo de avaliação, não se pode esquecer de que o professor também deve se avaliar, refletindo sobre o seu próprio trabalho, verificando seus procedimentos e, quando necessário, reestruturando sua prática. A avaliação, entre outras tantas funções, deve ser a norteadora da ação pedagógica do professor, de maneira que possa modificar seu planejamento, retomar conteúdos, adequar metodologia, buscar inovações, excluir práticas fracassadas, implantar práticas novas, para que o educando realmente aprenda. É preciso que a avaliação seja usada como um processo. Assim, o

educador busca sanar as dificuldades ou aprofundar o que for necessário para os educandos aprenderem mais e melhor

Acredita-se que o grande desafio para construir novos caminhos, é uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado e autonomizador no processo ensino e aprendizagem. Dessa forma, estaremos formando cidadãos conscientes, críticos, criativos, solidários e autônomos.

Diante de todas as considerações apresentadas acerca do papel e da importância da avaliação no processo educativo, destaca-se que a avaliação deve ser conscientemente vinculada à concepção de mundo, de sociedade e de ensino que se quer, permeando toda a prática pedagógica e as decisões metodológicas. A avaliação não deve representar o fim do processo de aprendizagem, nem tampouco a escolha inconsciente de instrumentos avaliativos, mas sim a escolha de um caminho a percorrer na busca de uma escola necessária.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. C. R. P. **Avaliação Escolar, Ameaça Ou Proteção?** Esboço De Análise Psicossocial. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2008. p.141.

ESTEBAN, M. T. A avaliação no cotidiano escolar. *In:* ESTEBAN, M. T. (org.) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: Editora, 2003. p.142.

FERREIRA, G. G. Avaliação escolar: contradições reveladas no dizer docente. **Revista Ícone**, v. 8, p. 33-43, 2011.

FREITAS, J. A. Avaliação escolar voltada para uma qualidade de ensino. **Revista Magistro**, v.2, n.1, p. 114-124, 2011.

GADOTTI, M. **Uma só escola para todos os caminhos da autonomia escolar**. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 205.

GITIRANA, V. Planejamento e avaliação em Matemática. *In:* SILVA, J. F.; HOFMAN, J.; ESTEBAN, M. T. (orgs.), **Práticas avaliativas e aprendizagem significativas** – em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2006. 128 p.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. São Paulo: Mediação, 1991. 104 p.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & realidade, 1993. p.155.

HAYDT, R. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1995. 159 p.

LDB – **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**, Saraiva, 1996. p.64.

LUCKESI, C. C. **Prática Docente e Avaliação**. Rio de Janeiro: ABT, 1990. p. 54.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**, São Paulo, Cortez Editora, 1998. p.180.

MELCHIOR, M. C. **Avaliação pedagógica** – função e necessidade. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999. 150 p.

MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, Mar./Abr. 2011.

MIRAS, M.; SOLÉ, I. A evolução da aprendizagem e a evolução do processo de ensino e aprendizagem. *In*: Coll, C., PALACIOS, J. MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 472.

SANTOS, A. P. S.; CONEN, A. Avaliação escolar para a aprendizagem: possibilidades e avanços na prática pedagógica. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v.6, n. 16, p. 53-70, 2014.

SILVA FILHO, J. A. *et al.* Avaliação educacional: sua importância no processo de aprendizagem do aluno. *In*: **IV FIPED** – Fórum Internacional de Pedagogia, Parnaíba/PI, 2012.

VASCONCELLOS, C. S. **Uma Outra Avaliação é Possível**. Tema Livre. Secretaria da Educação do Estado da Bahia – Instituto Anísio Teixeira, ano V, n. 53/54. Salvador: maio/junho de 2002.